

História ensinada e a questão regional em Goiás: a obra de Ofélia Nascimento

MIRIAM BIANCA AMARAL RIBEIRO*

Ofélia Sócrates Nascimento Monteiro produziu a primeira obra sobre história de Goiás para fins didáticos para uso no curso primário, publicada em 1934 e adotada pelo governo do estado para todas as escolas. Nascida em 1900, no Rio de Janeiro, Ofélia vinculou-se desde a infância à Goiás, e conviveu, desde então, com os grupos oligárquicos dirigentes na Cidade de Goiás, enquanto capital e, posteriormente, em Goiânia, quando a capital foi transferida. Sua formação em Pedagogia se deu na Escola Normal de São Paulo, onde se diplomou em 1918. Retornou a Goiás e foi nomeada professora do Grupo Escolar da Capital, a partir de 1922. Ao longo dos anos, passou a associar docência, direção de escola e formação de professores, assumindo a diretoria do Grupo Escolar em 1925 e a cadeira de Didática da Escola Normal da Capital em 1930. A obra em questão contribuiu decisivamente para a produção e afirmação de uma cultura histórica que até nossos dias se afirma hegemônica em Goiás

Já vimos em seção anterior deste capítulo exemplos que demonstraram a filiação integral de Ofélia Nascimento ao projeto de formação do cidadão republicano, como indicava sua atuação na preparação dos eventos cívicos dentro das escolas e fora delas. Com ela, esses eventos pedagógicos se tornaram regulares e de proporções e impacto cada vez maiores no cotidiano da cidade. Sua intervenção foi reconhecida e noticiada não apenas em ocasiões explicitamente cívicas, mas também em eventos de perfil artístico-pedagógico patrocinados pelo Grupo Escolar, a exemplo de uma apresentação natalina da opereta *Branca de Neve* pelos alunos da escola por ela dirigida quando, no Teatro São Joaquim, se reuniram alunos, pais, professores e autoridades para assistirem ao evento que encerrava o ano letivo. A notícia, na edição seguinte do jornal oficial, dava detalhes de um acontecimento em que Ofélia Nascimento Monteiro demonstrava “o zelo e a disciplina com que conduz suas funções” (GRUPO..., 1925, p. 12). Essa conduta conferia visibilidade a ela e ao governo, ambos decididos a propagandear sua preocupação patriótica com a educação, e estabelecia uma nova forma de inserção da escola na vida social. Já no concurso para diretora do Grupo Escolar da Capital, essa sua disponibilidade para a prática do civismo foi reconhecida:

Tendo vagado o cargo de director do Grupo Escolar desta Capital [...] e posto em concurso o mesmo lugar, [...] a elle se apresentou sem competidores a senhorita Ophélia Socrates Nascimento que nas provas realizadas demonstrou conhecimento

dos mais modernos métodos pedagógicos. [...] estamos certos de que há de nos ilustrar com sua inteligência e patriotismo para elevar o estabelecimento a altura de nossos interesses (NOVA..., 1925, p. 12).

Dona de uma obra que articulava história e educação, a pedagoga produziu textos que se tornaram imprescindíveis para se compreender a ideia de cidade e modernidade que envolveu a construção da nova capital, como o que se encontra em *Como Nasceu Goiânia* (MONTEIRO, 1983), de 1938, considerado o primeiro livro especificamente escrito sobre Goiânia. Ofélia Nascimento contribuía regularmente para o suplemento do *Correio Oficial* destinado à educação, a Seção Pedagógica. O texto que analisaremos a seguir, publicado naquele suplemento, nos apresenta a ideia de nação, educação, escola, professor e infância que sustenta sua intervenção política e profissional e que nos ajudará a situar as bases da produção da obra *Goiás, Coração do Brasil*:

A grandeza de um país depende da educação e instrução de seu povo. Si este for bem instruído e educado, grande será sua pátria. Se for analfabeto e rude, seu país não progredirá e ocupará sempre o último lugar do mundo. [...] E quem será encarregado desta bella missão, dessa obra monumental? Qual operário deve tomar em suas mãos o diamante bruto que é a criança [...]? Qual sacerdote incumbido de zelar para que não se apague o sagrado fogo da grandeza da Pátria alimentado-o com o ótimo azeite que são os bons cidadãos? [...] O Brasil será grande e forte se forem bons seus professores (PROFESSOR..., 1930, p. 8).

Esse texto assume todos os elementos fundamentais do projeto de educação elaborado na Primeira República, ampliado e aprofundado no pós-1930: a educação como suporte da formação do cidadão, a criança como soldado a ser forjado para servir sua pátria e o destino do Brasil como grande nação, cabendo à educação formar para competir, distinguir e retirar o país do atraso. Note-se que permanece a distinção entre educar e instruir como tarefas que se completam, mas que tem funções distintas. Ser instruído é receber as orientações que devem ser cumpridas, como são instruídos os soldados em seus treinamentos. Ser educado é ter o conhecimento que se considera necessário para que tais tarefas sejam cumpridas, neste caso. Fica, então, explicitado que não ter tal conhecimento, não ser alfabetizado, embrutece, desqualifica como cidadão apto a servir ao engrandecimento da pátria. Daí, a tarefa patriótica do professor, então, instrumento fundamental para que o Brasil se torne a grande pátria a que se destina. Ele também, como soldado da pátria, teria sua missão a cumprir, da qual, antes de

tudo, teria de se orgulhar. Segue-se então, a descrição das características esperadas desse soldado da pátria, que Ofélia sintetiza em cinco itens, que apresentamos em uma transcrição longa, mas fundamental, pela qual nos desculpamos:

Ter vocação – Antes de mais nada, o professor precisa ter vocação.[...] O magistério é um sacerdócio. Póde-se ser bom sacerdote sem vocação? Não. Não se faz professor, nasce-se. É a vocação que dá ao mestre o amor ao seu trabalho. [...] Porque ha maós professores? Porque pessoas que não têm vocação se julgam capazes só pelo facto de haverem cursado a Escola Normal [...]. Sendo pobres e necessitando ganhar dinheiro, entendem que podem ser educadoras. Isso é um crime. É pobre e precisa ganhar dinheiro? Procure uma collocação de accordo com suas inclinações. Do contrário esse dinheiro não é ganho honestamente. [...] É lobo feroz que revestido em pele de ovelha se insinua ao rebanho para mais facilmente dizimal-o. Façamos guerra aos maós professores! É um dever de patriotismo de todo o bom brasileiro.

Ser abnegado – Todo sacerdócio exige abnegação. O magistério é um sacerdócio. Sacerdócio divino. [...] Que é abnegação? É renúncia de si mesmo. E o professor, ao transpor a porta da escola, despede-se do eu. [...] Na escola o professor aniquila a personalidade. [...] De onde vem a abnegação? Da vocação.

Ser alegre – A escola é o reino da criança. Da alegria. Sendo natural da criança a alegria, para que aprenda que a escola seja alegre. [...] o educador deve ser alegre [...] uma criança grande no meio das pequenas. [...] Se o professor for alegre, as crianças o amarão forçosamente [...] tornar-se-ão obedientes, doces.

Ser justo – Nada pior para a criança que a injustiça. [...] Criança victima de injustiça se torna revoltada. Não se esforça para ser boa. Si o bem não é recompensado e o mal castigado, para quer ser boa? [...]

Ser bom, paciente – [...] Só amamos os bons. [...] A meiguice e o amor tudo podem. [...] Pela alegria do ente amado fazemos os maiores sacrificios. Assim também as crianças. [...] Professores! Quereis ter uma classe disciplinada? Fazei com que vossos alunos vos amem. Quereis ser amados? Sêde alegres, bons, meigos. Que recompensa tereis? A paz na consciência. [...] E sereis verdadeiramente – BRASILEIROS (PROFESSOR..., 1930, p. 9).

A autora desse texto foi, durante pelo menos duas décadas, uma dos principais referencias para a formação de professores e exemplo de docência para crianças em Goiás, nos períodos finais da Primeira República e também nos anos que seguiram a 1930. Cultuada e lida por pais, professores e dirigentes políticos, representava Goiás nos eventos pedagógicos nacionais, além de ser pioneira na literatura didática regional, ao escrever o livro que orientaria professores e alunos para a construção de uma ideia de história sobre o estado. O texto transcrito é uma receita quase matemática do que deve ser a escola, o professor e o aluno para merecerem ser considerados soldados da pátria. Uma coisa se encadeia a outra, intrinsecamente, articuladas por elementos de cunho eminentemente religioso como vocação, sacerdócio ou abnegação, apesar de se tratar de uma república laica, segundo sua

Constituição. Não há como escapar a esse exercício de lógica formal. O que sustenta essa trama é o projeto de nação, que a todos submete e diante do qual reconhecemos, ao mesmo tempo, nossa insignificância e missão, pois o mesmo professor que é considerado peça fundamental da engrenagem também tem todos seus passos medidos e observados e é impedido de agir como sujeito. Esse conjunto de conceitos e condutas seria, algum tempo depois, plenamente exercitado na elaboração do livro de leituras escrito por Ofélia e adotado como primeiro livro didático para o ensino de história de Goiás para crianças, em 1934.

O texto sintetiza o que deve ser a escola, o professor, o aluno e a pátria e, embora se afirme, anteriormente, a importância da alfabetização para superar a rudeza, o conhecimento é apenas um instrumento para a construção de condutas patrióticas, como pretendia o projeto de cidadania republicano. Por isso, a não alfabetização embrutece o sujeito, pois é sinônimo de nenhum conhecimento e, portanto, de não humanidade, inutilizando a pessoa para o civismo. Não interessa conhecer, por si só. Interessa formar o sujeito pronto para servir ao projeto hegemônico e a escola é local privilegiado para essa produção político-ideológica. Nada há de absolutamente novo no discurso de Ofélia Nascimento, pois essa era a concepção de educação elaborada e disseminada em todo Brasil, e ainda hoje não é difícil percebê-la em discursos oficiais ou reproduzida pelos meios de comunicação de massa e pelo senso comum. O que nos interessa destacar é que a autora assumiu, defendeu e executou plenamente, no nível das contradições políticas regionais, esse discurso e foi assim reconhecida e aproveitada para funções dirigentes antes e depois de 1930.

Seu livro didático é um texto objetivo, embora esteja aparentemente repleto de meiguices, amores e alegrias. Se o professor, que não é um profissional da educação, mesmo que para isso se qualificasse, não é amado por seus alunos, é porque não abriu mão plenamente de sua identidade, pois não tinha vocação para a sala de aula e será desonesto receber qualquer pagamento por isso. A vocação leva ao sacerdócio – dom divino – e daí, à abnegação absoluta, sem o que não haverá alegria, nem amor, e o professor não será paciente nem justo. Assim, ele não conseguirá a obediência de seus alunos. Nessa condição, sua atuação seria uma desonestidade e um crime, pois resultaria em alunos revoltados e dispostos a abandonar o caminho do bem. Amado e sendo amado, esquecendo de si mesmo – suas necessidades e contradições, incluindo o fato de ter de sobreviver do seu trabalho – e agindo

como uma criança, o professor conquistará a docilidade e obediência, conduta esperada dos alunos, e poderá se sentir cumpridor de sua tarefa patriótica. Ser alegre e ser justo, segundo aquele conceito de justiça, assim como amar e ser amado, são instrumentos de controle político das pessoas. Caso contrário, esse professor merecerá a guerra que devemos empreender contra lobos que pretendem destruir o rebanho que a pátria aglutina na escola. Quem age assim não merece ser considerado brasileiro. A escola é idealizada, mas também objetivada, assim como o professor e o aluno, porque a pátria é uma produção subjetiva que deve produzir resultados concretos. O livro de leitura sobre história de Goiás escrito por Ofélia apresentará também um estado idealizado, que devemos também admirar e amar, e, objetivamente, ajudar a construir.

A adoção do livro de Ofélia Nascimento Monteiro foi aprovada através do Decreto n. 4.349, de 26 de fevereiro de 1934 (GOIÁS, 1934, p. 6), com indicação de aquisição de número suficiente para atender todas as escolas primárias do estado. Na mesma edição foi publicado um longo texto, sem assinatura, do qual retiramos pequeno trecho, na seção Noticiário, sobre o significado dos livros didáticos para formação do cidadão:

A influencia das primeiras leituras sobre o futuro da criança é decisiva. Esse conceito põe em evidencia a grande indigência no Brasil em matéria de livros didáticos. [...] Dizemos ser necessário que o brasileiro estude em um livro brasileiro que fale à sua alma de cousas de sua terra e de sua gente, cheio de ressonâncias do encanto nacional [...] que tenha a palpitar em cada página a alma do Brasil, o espírito de brasilidade que há de saturar o subconsciente do futuro cidadão. É nosso dever estimular por todos os meios a produção do livro didático nacional. (LIVRO..., 1934, p. 12).

O quadro estava todo favorável à difusão de uma obra como a que analisaremos a seguir. O exemplar que temos em mãos compõe-se de duas partes: a primeira, *fac-simile* da edição de 1934; a segunda, uma atualização feita pela autora, abarcando o período pós-transferência da capital, em 1937, até a década de 1970, anexada ao texto original em 1980. Aqui trataremos apenas a primeira parte que, segundo a autora, em nada foi alterada de sua edição original.

Escrito em 1933 e editado em 1934, o livro apresenta 44 textos distribuídos em 215 páginas, sem indicação de atividades e com poucas ilustrações, e consta na folha de rosto tratar-se de “Livro de leitura para as classes de 3^o e 4^o anos dos Grupos Escolares do Estado

de Goyaz” (MONTEIRO, 1983). Essa obra foi elaborada intencionalmente para fins didáticos, diferentemente da Súmula da História de Goiás, de Americano do Brasil, que adaptou uma obra escrita para outros fins: “Escrevendo esse livrinho, não tive em vista produzir uma obra literária, mas sim auxiliar o professorado goiano nos capítulos de nosso programa, que tratam de Goiás” (MONTEIRO, 1983, p. 24). Para cumprir essa tarefa, a autora apresenta, na linguagem e no formato dos textos, tentativas de aproximação com o que se supunha ser do gosto da criança. No prefácio, a autora afirma ter feito o livro ao perceber as dificuldades dos professores goianos para ter material sobre o estado para uso em sala e que por isso o teria organizado nos moldes do ‘Minha Pátria’, de Pinto e Silva

O texto é composto por diálogos, cartas ou narrativas que introduzem as descrições sobre a história e a geografia de Goiás. As intervenções coloquiais que permeiam situações supostamente cotidianas da infância, como a vida doméstica e a rotina escolar, antecedem os conteúdos propriamente ditos. Esses preâmbulos coloquiais parecem ter sido o instrumento de aproximação com a criança, mas não se trata de apenas uma estratégia de linguagem. O recurso que abre os textos recai, necessariamente, em descrições, mas o uso frequente de situações em sala de aula e ou da vida familiar, afirma a ideia de escola e aluno projetados, assim como a de família, infância e mulher, que assim são naturalizados. Foi o que encontramos no texto que se segue:

Uma Heroína Goiana

Chegára o dia marcado pela professora do 3º ano do Grupo Escolar da Capital para a entrega do premio à aluna que melhor prova apresentára na última aula de História de Goiaz. As meninas, inquietas e curiosas, aguardavam a chegada da diretora, que fora convidada para fazer a entrega do premio. Mal acabavam de soar as ultimas badaladas de meio-dia no sino da Boa Morte, quando a diretora entrou na sala do terceiro ano. As alunas levantaram-se todas ao mesmo tempo, sem fazer bulha, sentando-se depois que ela sentou. [...] Chamada pela professora, levantou-se Eunice, indo, tremula e emocionada, receber o premio de conquistara tão galhardamente. Entregando-lhe o livro em rica encadernação [...]. Com a voz tremula leu a menina (MONTEIRO, 1983, p. 74).

Segue-se a leitura da dissertação da aluna sobre Damiana da Cunha. Estão presentes no texto a afirmação da autoridade, a distância e submissão que a hierarquia estabelecia, a atitude esperada de meninas, sempre tremulas e emocionadas – uma expressão recorrente nos textos, a competição como forma de estimular a aprendizagem e a premiação que distingue e

também hierarquiza as alunas. O prêmio, instrumento de classificação sistematicamente estimulado, era, como sempre se vê ao longo do livro, uma obra que aprofundaria a assimilação da ideia pretendida de escola, estado e pátria. Ao longo do texto, outras numerosas passagens estabelecem o perfil de infância e juventude que a pátria esperava construir através da escola: o do cumprimento do dever e da recompensa.

No texto “Passeando pelos Arredores – II”, quando duas crianças têm sua produção comparada, o menino argumenta que seu texto é avaliado como pior do que o da menina porque ele é mais jovem, ao que o tio retruca: “Não, José, não é por isso. É porque em vez de estudares, como Silvia, preferes correr e trepar em árvores a tirar ninhos. [...] Se te emendares, por outra vez ganharás a recompensa” (MONTEIRO, 1983, p. 60). Ou, no texto “Passeando pelos Arredores – I”, quando a menina é convidada para um passeio na Fonte da Carioca, em um domingo: “– Mas... e minha lição, que deixei para fazer hoje? disse Silvia que, como boa aluna, preferia perder um passeio a não fazer a lição” (MONTEIRO, 1983, p. 36). O papel do aluno modelo é sempre reconhecido e reafirmado, como diz uma personagem à sua irmã, ao final de uma longa descrição sobre o Rio Araguaia: “– Bravo, Silvia! Vejo que aproveita bem as lições de sua professora. Continua sempre assim, maninha, para ser um dia útil ao nosso Goiaz, contribuindo para expulsar das trevas da ignorância que escurecem a inteligência de grande parte de seus habitantes” (MONTEIRO, 1983, p. 73). O conhecimento da história de Goiás tem um valor operacional para o cumprimento de suas tarefas patrióticas. O amor pelo conhecimento se confunde com o amor pela terra natal, pois somente se justifica conhecer para enaltecer o lugar onde se nasceu, como se observa no diálogo abaixo:

– Papai, disse ela ofegante e ocultando o volume nas costas, adivinhe como se chama o livro que trago nas costas!

– Vejamos, filhinha, se sou bom feiticeiro. Garanto que você traz aí o “Goiaz”, de Taunay. [...] hontem à noite você não me disse que sua coleguinha Alci estava concluindo a leitura do ‘Goyaz’, do visconde de Taunay, para lho emprestar?

– Disse, sim senhor.

– Pois, lembrando disso foi que conclui ser esse o livro que trazias tão triunfalmente.

– Triunfalmente, mesmo, meu pai, gosto imenso dos livros que falam em minha terra querida (MONTEIRO, 1983, p. 204-205).

A escola se afirma como espaço da preparação da vida futura, quando se poderá servir à pátria, onde, mais uma vez, o conhecimento é recurso para o cumprimento da tarefa cívica.

No presente, a criança ainda não pode ser útil, mas pode e deve se preparar para sê-lo. O engrandecimento da pátria justifica qualquer sacrifício, inclusive a morte, como na narrativa sobre o pé de café que vê seus filhos, os grãos, serem mortos para enriquecer o país: “Nossos filhos morreram? É por amor à Pátria, como morrem nossos moços nos campos de batalha... Sem remorso, portanto, entregamos nossos filhos ao sacrifício, certos de que assim concorreremos para o engrandecimento da Pátria Brasileira” (MONTEIRO, 1983, p. 160).

As meninas são, invariavelmente, exemplo de alunas e filhas. O dia da criança, cuja comemoração é descrita em um dos textos, é recheado de cantos e hinos, entoados por crianças enfileiradas, meninas de um lado e meninos de outro, inclusive na hora do banho no rio. Tratava-se de um passeio cronometrado, com atividades programadas para cada momento do dia, realizadas sob os olhos vigilantes dos professores (MONTEIRO, 1983, p. 106-107). A bondade e a caridade são atitudes sustentadas pelos princípios cristãos, como demonstraram as crianças, ao saírem do Asilo, em passeio na tarde de domingo, onde viram cenas como essas: “Era uma capela pequenina e um altar singelo [...] aí rezavam duas velhas e uns bobinhos. [...] Visitamos depois uns quartos pequenos onde dormiam umas velhas inválidas” (MONTEIRO, 1983, p. 99). Diante da visão da pobreza e da invalidez, decidem: “–Agora, todos os meses vou guardar mil réis para o asilo, disse Silvia, pensativa” (MONTEIRO, 1983, p. 100). Assim, o livro de história de Goiás também ensinava conduta moral, base da prática do civismo, tendo a paisagem do estado como cenário.

Alguns textos formam seções que recebem títulos, como “Sabatina de Geografia”, em que são descritas as características da paisagem natural; “Principais Fontes de Riqueza”, que trata de produtos agrícolas, como fumo, açúcar e café e “Passeando pelos Arredores”, que descreve a paisagem natural e urbana da capital, seções referentes aos conteúdos de Geografia de Goiás. Para introduzir alguma aproximação com o universo da criança, a autora se utiliza de jogos, como em “Brincando de Prendas I e II”, em que as meninas são levadas a participar de um jogo de adivinhação promovido pela professora. Ela fornece a descrição da cidade, a que as crianças devem identificar. As descrições exaltam a natureza das cidades e seu potencial econômico e as crianças demonstram ter todos os dados na memória, afirmando uma geografia descritiva e ufanista. Diretamente ligados à história, aparecem as seções “Histórias do Vovô” em que o avô de uma das personagens narra acontecimentos históricos;

“Caderninhos de Eunice”, que traz a sequência dos governadores e presidentes de Goiás e comenta datas e feitos dos homens merecedores de lembrança; “Goianos Ilustres” que traz várias biografias, como as de Joaquim Xavier Curado, Felix de Bulhões ou Cônego Silva e Souza, entre outras. Há também vários textos temáticos que não constituem seções.

Os textos relativos à Geografia, nos remetem a Afonso Celso,¹ em *Por que me ufano de meu país* (CELSO, 2001), pois, como na obra do conde mineiro, a natureza é objeto de contemplação patriótica, um lugar onde parece não haver contradições sociais. Assim é apresentado o estado de Goiás, quando, por exemplo, nos trazem capítulos como esse sobre o Rio Araguaia, tema frequente ao longo da obra: “As terras que o margeiam são fertilíssimas e aí vêm-se grandes florestas, belas campinas, bosque de palmeiras, tudo ricamente povoado por animais: veados, garças, colhereiros, jaburus, marrecos, patos. O rio é rico em minerais e suas pérolas são famosas” (MONTEIRO, 1983, p. 73). Os textos de história ocupam a maior parte do livro e apresentam cronologicamente Colônia – Império – República, até 1930, organizados em uma sucessão de dados descritos em detalhes, centrados na sequência de todos os governos e suas realizações. As datas já eleitas para constituir a história de Goiás são ensinadas e comemoradas, como o dia 16 de novembro, considerada a oficialização da adesão de Goiás à Independência, que compõe a seção “Caderninhos de Eunice”, ou o dia 26 de julho, estipulado como aniversário da fundação da Cidade de Goiás, que tomamos como exemplo. Para essa ocasião, a autora narra a solenidade realizada na escola, como se presenciada por uma aluna: “O salão, lindamente ornamentado, era prova de bom gosto das alunas do 4º ano [...]. Uniformizadas, com suas saias azul-marinho e suas blusas brancas, ofereciam lindo golpe de vista [...] teve início a festa com o hino do Anhanguera, cantado por todas. [...] Terminada a palestra, foram cantados novos hinos, encerrando-se a festa com o Hino Nacional” (MONTEIRO, 1983, p. 28-29). A palestra a que se refere o texto é uma longa descrição das bandeiras, fundação de Vila Boa, seguindo as informações organizadas por Americano do Brasil em *Súmula da História de Goiás*, inclusive a interpretação desse autor sobre a primeira bandeira e a fundação da cidade. A imagem do bandeirante desbravador e destemido estava garantida também nas Histórias do Vovô: “Valente e audacioso, dedicou-se

¹ O Conde Afonso Celso foi presidente do IHGB entre 1912 e 1938.

à vida de bandeirante, penetrando sempre pelos sertões brasileiros em busca de ouro, prata e pedras preciosas e índios, arrostando os maiores perigos, pois tinha de lutar contra os selvagens, os animais ferozes e rigores do tempo” (MONTEIRO, 1983, p. 47). Segundo o texto, o bandeirante enfrentava corajosamente todos os desafios da natureza, o que incluía os índios. A referência aos índios como selvagens é insistentemente afirmada:

- Mamãe, perguntou muito assustado o pequeno Augusto, quando saiu o padre que viera se despedir, pois ia para o norte catequizar índios, ainda há índios em Goiás?
- Há sim, meu filho, não sabias?
- Não, mamãe, não sabia. Mas, eles não vem nos matar aqui? E agarrava-se às saias da mãe.
- Não, bobinho, respondeu Alci, sua irmã, quatro anos mais velha que ele. Eles moram muito longe daqui... (MONTEIRO, 1983, p. 51)

Segue-se ao diálogo a descrição dos grupos indígenas então existentes em Goiás com trechos como esse que se refere aos Xerentes: “Tem relações com os civilizados, relações iniciadas quando foram amansados pelos missionários capuchinhos” (MONTEIRO, 1983, p. 5.) São seis textos destinados aos índios, reafirmando essa distinção entre civilizados e selvagens. Em função dessa visão política e étnica da questão indígena, também foi introduzida uma heroína legitimamente goiana, a caiapó batizada como Damiana da Cunha,² a partir de então, assim ensinada em sala de aula:

Após algum tempo de aldeamento, tiveram os Caiapós saudades de sua vida nômade e fugiram para as selvas, recomeçando suas correrias e depredações, agora mais perigosas, pois eles já sabiam manejar armas de fogo. Afim de chamá-los novamente à cristandade, foi D. Damiana, a pedido do governador, com uma bandeira, até o aldeamento dos Caiapós em Camapuam, em 1818 ou 1819, trazendo consigo muitos selvagens. [...] Como os caiapós estivessem aterrorizando ao sul da capitania, atacando, roubando e assassinando os viajantes, resolveu o Governador Miguel Lino de Moraes recorrer a Damiana para pacificá-los (MONTEIRO, 1983, p. 75).

Quanto mais se afastava de sua identidade indígena e cumpria as tarefas dos colonizadores, mais era aceita e reconhecida como componente da sociedade goiana, inclusive quando se tratava de submeter sua própria etnia, o que a autorizava a ser identificada como

² A rede municipal de educação de Goiânia mantém uma escola com esse nome, e o Grêmio Estudantil do CEPAE, antigo Colégio de Aplicação da UFG, também se denomina Damiana da Cunha, homenageando a personagem histórica.

uma heroína regional. Essa ideia sobre a questão étnica, em que a civilização se opõe à condição de ser índio, assentada no projeto de escrita da história oitocentista não foi superada pela elaboração republicana, como podemos verificar neste trecho do texto sobre os índios Canoeiro: “Esses índios, mais bravios, apresentam sinais de haverem tido mais civilização que os outros” (MONTEIRO, 1983, p. 69).

Não há uma só palavra sobre a escravidão negra em Goiás, como se ela não tivesse existido. Encontramos apenas uma referência ao negro, marcada pelo preconceito:

- Por que está tão distraído, titio? O senhor está vendo alguma fada aí no ar?
- Uma fada não, Silvia. Estou vendo um anãozinho preto, muito feio que estava me contando uma história... queres ouvi-la? (MONTEIRO, 1983, p. 54).

Segue-se a descrição da chegada das sementes de café e seu uso na agricultura.

Também compõe o livro, um conjunto de canções populares, modinhas goianas e poemas que sempre exaltam a natureza, a bondade do povo e a superioridade dos ilustres. O Hino de Goiás aparece em duas versões: a oficial, e uma paródia do Hino à Bandeira. Os símbolos de Goiás – as armas e a bandeira são descritos detalhadamente.

Esse livro foi escrito em 1933 e adotado em 1934, quando a construção de Goiânia e a transferência da capital promoviam polêmicas públicas, por ser uma questão emblemática das disputas oligárquicas entre vencedores e derrotados de 1930, em Goiás. As posições sobre a mudança da capital tornaram-se demarcadoras para a formação e afirmação dos grupos políticos naquela conjuntura. Isso ocupou também as páginas do *Correio Oficial*, que produziu e reproduziu argumentos em defesa da transferência da capital, especialmente assentados sobre a contraposição novo-velho, em que Goiânia e seus defensores representavam o novo, e a Cidade de Goiás e seus dirigentes anteriores, o velho. A história ensinada desde então, dentro e fora da sala de aula, não escapou desses embates e dessas formulações, e tornou-se também um campo em disputa.

Na mesma edição em que se noticiava a inauguração da cadeira de História de Goiás na Escola Normal, em 1931, passou a ser publicada uma coluna intitulada “Coisas Velhas”, assinada por Emelcy, um homem sobre quem não conseguimos outras informações. Eram textos relativos à história de Goiás, a exemplo deste, Quilombo de Pilar, que identificavam a

história com coisas não atuais, não presentes, além de reforçar, tanto tempo depois, a ideia imperial sobre o negro e a escravidão:

Sim senhor! Não se espante. Tivemos sim um quilombo em Pilar. Há tantos anos passados após esses factos que ninguém recorda ter ouvido alguma história delle narrada deliciosamente por uma dessas velhinhas que o cativo nos legou e ainda moram em nossos corações com as doces saudade das coisas que nos lembramos.[...]

Localizaram-se nas imediações de Pilar e iniciaram uma serie de perseguições aos moradores, roubando-lhes gado, dinheiro [...]. Depois, com a impunidade, foram aumentando o atrevimento - um roubo à vista do dono (QUILOMBO..., 1931, p. 9).

A ideia de história nos chega como algo melancólico – próprio das coisas que nos despertam “doces saudades”, que as narrativas das pessoas mais velhas nos disponibilizam, mas também, necessariamente velho, no viés depreciativo que esse termo carrega. São sempre temas e narrativas sob esse perfil, lembrando acontecimentos, lugares e pessoas desse tempo passado, mas, ainda presentes em nossas lembranças e afetividades. O que é velho parece dever ser lembrado porque compõe nossas emoções e identidades, mas, mesmo assim, deve ser mantido no passado, que é o lugar da história. Mesmo o cativo se apresenta envolto em um saudosismo romântico, e a existência de quilombos em Goiás – símbolo da resistência possível dos negros africanos – foi retratada como algo exótico, violento, quase pitoresco, inacreditável e eticamente inaceitável.

Esse autor também publicou regularmente, desde então, a coluna “Coisas Novas”, que trazia informações sobre coisas próprias da modernidade, como a luz elétrica ou a estrada de ferro, e também textos que identificavam abertamente a origem da modernidade na história de Goiás: “Percorrendo as páginas de nossa história, tem logo a impressão que o Brasil não viveu esse período de 1889 a 1930. [...] Veiu porem o 3 de outubro e novas diretrizes surgiram com o movimento libertador. Uma rajada de civismo acordou a nação e lhe disse a ordem de marchar pela verdadeira democracia” (3 DE..., 1932, p. 8). Foi-se constituindo, assim, uma sequência de publicações que alternava artigos sobre coisas velhas e coisas novas.

Ofélia Nascimento contribuiu para a construção dessa contraposição velho-novo, ensinando aos professores o que eles deveriam ensinar sobre Goiás, em sala de aula, para as crianças da cidade e do estado, já que o livro foi adotado não só para a capital. Professores,

diretores, alunos e, indiretamente, seus familiares, aprendiam Goiás Velho em plena Cidade de Goiás, em meio aos debates acalorados sobre a transferência da capital, que ainda nem tinha acontecido. São os filhos dos apoiadores de uma ou de outra posição em conflito aprendendo a ideia de Goiás que interessava a uma dessas posições: a dos vencedores de 1930. Isso é realizado resguardando-se as relações afetivas com a cidade: “Querida Luci. Finalmente cheguei a Goiáz. Não podes nem de leve imaginar a emoção que senti quando avistei as primeiras casas da cidade, dessa querida cidade em que nasci. Apoderou-se de mim uma vertigem, e, como no cinema, desenrolaram-se os fatos históricos ou os enredos de um drama” (MONTEIRO, 1983, p. 26). A personagem mantém os vínculos afetivos com a cidade, assim como a autora.

Ao transcrever as modinhas goianas, novamente o saudosismo melancólico embala a canção: “Não as cantes ao piano, não! Para que possas apreciar devidamente, toma o violão, senta-se ao alpendre, quando a noite envolver a terra em seu manto melancólico [...] assim poderás ter uma ideia do que elas são” (MONTEIRO, 1983, p. 43). Segue-se a transcrição da modinha de Acrisio da Gama, intitulada “Luares”, que não é a única do livro. A mais conhecida delas, quase um hino da Cidade de Goiás, “Noites Goianas”, também de Acrisio da Gama, traz versos plenos dessa sensação afetuosa por uma cidade que deve ser objeto de nossa gratidão e admiração, mas que está sob o peso do passado. Ao final da transcrição, a interlocutora proclama: “Quando aí chegar cantá-la-emos juntas, enquanto, triste, saudosa, reverei com os olhos da imaginação estas noites enluaradas, tão lindas, tão doces” (MONTEIRO, 1983, p. 111). Essa cidade a que se refere a personagem estava vivendo sob o fogo cruzado das disputas oligárquicas e sua sobrevivência enquanto capital estava *sub judice*.

Ao mesmo tempo em que o saudosismo afetuoso caracteriza a Cidade de Goiás, a pressão pela modernidade, que essa bucólica e centenária cidade não pode abarcar, bate às portas do estado:

Completamente cercada de morros verdejantes Goiaz parece um desses lugares maravilhosos dos contos de fadas, onde uma princesa encantada, adormecida desde muitos séculos por uma feiticeira maldosa, espera, cercada por gigantes que a vigiam ciumentamente, o príncipe formoso que, dominando os temíveis carcereiros, a venham despertar, quebrando o maléfico encantamento.

Para a nossa querida Goiás, o príncipe encantado é a estrada de ferro que, ainda hoje, luta garbosamente, se bem que em dolorosa lentidão, galgando morros e rios temerosos, em busca da ridente cidade dos Goyaz (MONTEIRO, 1983, p. 26).

Lembrando que a autora, na apresentação do livro, fez questão de frisar que não escreveria um texto literário, temos um texto metafórico capaz de sintetizar um dos principais argumentos usados pelas oligarquias vitoriosas de 1930 para justificar a transferência da capital, que, em 1934, já estava em construção: a inviabilidade da inserção da então capital no mundo da modernidade representada pelo avanço dos trilhos da estrada de ferro, em função de seu relevo acidentado que a colocava em um vale cercado pela Serra Dourada. Não se desfaz dessa exuberante natureza, berço do passado, ainda cantada nas poéticas modinhas, mas que se reconhece hoje incapaz de receber os trilhos do progresso que “despertará para sempre nossa querida terra do pesado letardo em que vive” (MONTEIRO, 1983, p. 26).

O que há de progresso e modernidade na cidade e no estado está datado de, no máximo, quatro anos, ou seja, de 1930 adiante, como ao se referir à retomada da navegação do Rio Araguaia, numa das lições orais do tio das crianças, personagem que, como os sobrinhos, percorre o texto: “– Agora, para completar teus conhecimentos e dar-te grande alegria, vou contar uma coisa que ignoras. A navegação do Araguaia ressurgiu. De uns quatro anos para cá [...] subvencionada pelo governo do estado” (MONTEIRO, 1983, p. 208). Ou ainda, sobre a capital e seus progressos: “Por suas ruas, outrora tão quietas, já cruzam autos [...] atestado bem visível que Goiás começa a despertar do profundo sono e estacionamento sufocante que a acabrunhavam ainda há bem poucos anos” (MONTEIRO, 1983, p. 27). As mudanças são registradas também na nomenclatura urbana ensinada nas narrativas das personagens: “Na Praça Pinheiro Machado, antiga da Matriz” (MONTEIRO, 1983, p. 28). Ou ainda: “Na Praça 24 de Outubro, antigamente largo do Chafariz”³ (MONTEIRO, 1983, p. 28).

Finaliza o livro um texto sobre a nova fase da história do estado, intitulado “República Nova”. Mais uma vez, uma aluna do Grupo Escolar premiada pela melhor redação sobre o tema, “extremamente comovida”, narra os acontecimentos:

Vinte e quatro de outubro de 1930.

³ Nenhuma dessas mudanças de nomenclatura urbana na Cidade de Goiás se efetivou naquele cotidiano. Presentemente, as ruas são identificadas por seus antigos nomes.

Em surdina começava a circular pela cidade uma notícia alviçareira – estava vitoriosa a Revolução Brasileira. E a frase maravilhosa – “A Aliança Liberal venceu!”, em começo apenas murmurada ao ouvido, foi crescendo, crescendo, até se transformar num grito vibrante de entusiasmo incontido. [...] Empossada a junta, retiraram-se as forças revoltosas, levando consigo as bênçãos e saudades do povo goiano. [...] o povo goiano é unânime em louvar a sua atuação. [...]

Desde então vem o Dr. Pedro Ludovico governando com patriotismo e elevação de vistas, sempre dentro dos ideais revolucionários. Não permitiu vinganças, nem consentiu perseguições aos vencidos. [...]

Constitue o ponto principal de seu governo dotar o estado com a nova capital, construída com todos os requisitos próprios às cidades modernas. [...] Afim da mudança não atirar à decadência a cidade de Goiaz, agora capital do estado, está o Dr. Pedro Ludovico tratando de estabelecer, as margens do Araguaia [...] grande empório comercial e núcleo colonial de agricultores (MONTEIRO, 1983, p. 212-213).

A história ensinada se sustentava sobre um consenso que nunca existiu diante das lutas oligárquicas regionais, anunciava a nova capital como inserção do estado na modernidade, ao mesmo tempo em que manifestava a intenção nunca efetivada de inserir a Cidade de Goiás em um plano de crescimento e manutenção pós-transferência. O que se ensina às crianças é a história da Revolução de 1930, contada pelos seus dirigentes. Se nos lembrarmos do tom saudosista, melancólico e romântico com que o livro trata a cidade ao longo dos textos anteriores, não teremos dificuldade de constatar que se estava em plena produção da tradição então necessária para a afirmação do projeto mudancista: ensina-se a mudança da capital às crianças que vivem na já considerada antiga capital, a “Goiás Velho”, com que se manteriam vínculos afetivos, mas se reconhece sua incapacidade para acompanhar os novos tempos. Isso em pleno processo de elaboração de acordos e acirramento das disputas em torno desta emblemática questão. Assim, a ideia de superação de uma “república velha” se materializa na superação de uma cidade reconhecida como “Goiás Velho”. A cidade nunca se chamou Goiás Velho, mas foi assim ensinada desde então,⁴ constituindo um dos mais significativos e presentes elementos da cultura histórica regional.

O que temos então, como história ensinada sobre Goiás na obra *Goiaz, Coração do Brasil*, veicula elementos do projeto de escrita da história ainda oitocentista, e os articula às exigências do projeto republicano e necessidades conjunturais das forças vencedoras de 1930, que, desde seus primeiros momentos no poder, perceberam o significado do ensino da

⁴ Hoje, se observarmos, aleatoriamente, a forma dos goianos se referirem à cidade, constataremos a hegemonia da expressão “Goiás Velho”, o que, aliás, enfurece seus antigos e atuais moradores.

história regional para a afirmação de sua hegemonia política. O texto não acessa fontes documentais, nem se sustenta sobre a erudição percebida, por exemplo, na obra de *Americano do Brasil*. Não deixa de ser uma tentativa de aproximação com o universo da criança, ao criar situações que se julgava capazes de cumprir esse papel. Nisso, esse livro de leitura se diferencia de outros, que se limitam ao absolutamente descritivo. Mas essa aproximação se faz a partir de um modelo de infância preconizado, articulado ao projeto de nação, região e cidadania republicanas.

FONTES

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

LIVRO Didático. *Correio Oficial*, Goyaz, 1 de março de 1934. Noticiário, p. 12.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Goiaz, Coração do Brasil*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1934.

_____. _____. 2. ed. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1983.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

*Doutora em História pela UFG e professora da Faculdade de Educação da UFG